

São Paulo. Estamos propondo, da retomada das obras de Mutirão no Município de São Paulo, a proposta que nós estamos fazendo na parte de 37, 38 milhões, alcançaria recurso para construir 600 unidades habitacionais, porque aí nós teríamos uma articulação com o Governo Federal, nós podemos construir o Sonda que a Izilda toda reunião vem aqui e bate, construir o Casa Branca, terminar o Quilombo dos Palmares, fazer os Mutirões que estão parados pela gestão anterior, que nós não conseguimos terminar porque estava em área de Município e não foram concluídos, estou inclusive propondo uma junção entre as duas Resoluções para que possamos garantir a retomada dos programas e garantir que as famílias que estão esperando há muitos anos a construção das unidades habitacionais. As reuniões do Conselho são extremamente importante, estratégica para a nossa política, as Resoluções elas são complexas e de debate, eu acho que fazer uma reunião das duas às cinco horas, as últimas Resoluções não são debatidas e não conseguimos fazer a discussão, a minha proposta inclusive era de fazer as reuniões o dia todo. **Sra. Izilda** – Os recursos financeiros são muito lentos para garantirmos as obras dos projetos em andamento, então há muitas paralisações, por entender que os recursos da COHAB não são suficientes para viabilizar todos esses projetos antigos que há sete anos, já chega a mais de 1.000 famílias esperando por isso, então é essa a minha proposta se há uma possibilidade de um diálogo e associar as duas solicitações de voto, fazendo a conciliação. **Sra. Nair** – Acho que é um grande momento para que possamos discutir a aquisição de terrenos devido a uma luta que todos os Movimentos fazem nas três esferas do Governo, Federal, Estadual e Municipal, que poderiam se unir para as políticas públicas habitacionais, com isso quem ganharia é o povo, que não percamos o atendimento prioritário a famílias que de fato precisam ser contempladas que seriam de 1 a 3 salários, aqui estamos encontrando muita dificuldade na aquisição para famílias de 1 a 3 salários mínimos, então eu gostaria de propor nessa mesa aqui é que se crie um GT, crie o grupo de trabalho para ter uma discussão diante da Portaria, respeitamos o critério do Governo Federal, se isso for de fato aqui hoje entendido e criado eu gostaria de estar fazendo parte também. **Sra. Elisabete** – A Conselheira pede que inclua aqui o Grupo de Trabalho para se discutir demanda. **Sra. Marly** – Eu entendi que essa proposta é para aquisição de terrenos não é para discutir modalidade de construção. **Cohab** fez um estudo, declarou de utilidade pública alguns terrenos que daria quatro mil e poucas unidades, com esse dinheiro 30 milhões eu posso viabilizar 1.700, pode ser 2.700 dependendo da modalidade, das formas como se ocupa os terrenos, mas não dá para deixar de aprovar uma proposta que propõem aquisição de terreno, que é o maior entrave para produção habitacional, eu acho que deveríamos aprovar a aquisição de terrenos com uma ressalva, não é em “especial” para baixa renda, é “exclusivamente” de 1 a 3 salários mínimos. E Kazuo, particularmente, eu concordo que temos que introduzir os instrumentos do Estatuto da Cidade para combater a especulação imobiliária, para conseguir aquisição de terrenos, só isso demora no mínimo 8 anos, infelizmente só conseguimos fazer a curto prazo com os mecanismos que o mercado imobiliário tem, o Plano Diretor que foi aprovado não aplicou os Estatutos, não houve lei específica para regulamentar os instrumentos, se nessa divisão, não fizermos isso, nem a longo prazo nós vamos conseguir aplicar os instrumentos da reforma urbana. **Sr. Maksuel** – Fico feliz de ver essa solicitação de voto porque em duas audiências que tive meses atrás, eu coloquei meu descontentamento justamente pela questão que não dava para fazer moradia de interesse social aqui em São Paulo com recursos do Minha Casa Minha Vida, eu vejo como bom tempo essa solicitação que propõem sim aquisição, nós não estamos aqui falando só na aquisição de terrenos, estamos aqui aprovando uma proposta que vai construir quase 1.700 e poucas unidades habitacionais para atender essas famílias que não têm hoje possibilidade de pegar um financiamento com a Caixa Econômica Federal, que está na fila da COHAB lá nas 700 mil pessoas, a proposta está ali para ser aprovada, a solicitação para comprarmos essas áreas e construir essas unidades habitacionais para atender sim famílias de 0 a 3 e para atender sim as famílias dos Movimentos de luta por moradia. **Sr. Osmar** – Eu acho que a proposta é boa, mas não tem nenhuma menção da participação popular, não fala se é Entidade ou se é Construtora, qual percentual que está destinado a cada modalidade. Essas propostas irão viabilizar a participação popular, não dá para apresentarmos uma proposta e dizer que 50% é para as construtoras e 50% para os Movimentos sociais, eu acho que temos que defender que essas desapropriações podem ser feitas pelas construtoras e podem também ser feitas pelas Entidades, mas desde que seja com participação popular, e não conseguimos viabilizar um programa com a Caixa Econômica porque a exigência de renda é acima daquilo que hoje é oferecido pelas famílias que participam do Movimento, eu queria fazer uma sugestão para que tivéssemos um adendo colocando a participação popular, parcerias dos Movimentos e associações organizadas. **Sr. Abraão** – É importante colocar umas observações na proposta para atender toda a sociedade de uma forma em geral. O subsídio da CDHU é um ótimo subsídio se tratando de programa de mutirão, 30 milhões dá para fazer em torno de 400, 500 unidades, na cidade, aí nós estamos falando de um banco de terra que aproximadamente já tem aí três mutirões para serem concluídos que estão atrasados, não sei hoje a somatória desses mutirões, o que falta a terminar, quanto seria, se já levaria os nossos 30 milhões aí para serem realizados, não sei, aí teria que ver, hoje a terra na Cidade de São Paulo ela é muito problemática, muito cara, nós temos muita dificuldade da compra dessas terras, de fato formar uma Comissão. Está sendo colocada hoje na Câmara Municipal que é a mudança do zoneamento, a revisão do zoneamento da cidade e nós garantimos os bancos de terras na cidade como um todo, feito isso, se muda esse zoneamento aonde vamos colocar esses conjuntos? No Centro hoje pelas propostas que nós vemos aí não temos a oportunidade de morar próximo ao Centro. **Sra. Maria Isabel** – Realmente é uma proposta muito boa, se esses terrenos ou esses empreendimentos em que fase que estão, como isso está no cronograma da COHAB, depende integralmente desse recurso, vai conseguir ou já tem um projeto, já tem uma programação, isso eu acho que é importante para nós sabermos, esses 30 milhões ele poderia ser, pelo que eu entendi aqui, colocado para comprar terreno é isso? Está considerado aqui 17 mil reais, como chegou a essa conta? Eu vi que está com 70 mil reais por unidade, eu sei que o valor final da unidade Minha Casa Minha Vida é esse, mas o que tem financiado a gente sabe que não é esse, é 52 mil reais, o que é que foi pensado para esse valor como cheguei nele, eu acho que seria interessante de ser mostrado aqui em algum momento para os Conselheiros, que é um programa que defendemos, porém, eu acho que ele também tem que ser pensado, além do que já está proposto, que é parte desses terrenos serem para esse programa Minhas Casas Minhas Vidas com a modalidade para Entidades, por que não já colocar também para as Entidades organizadoras, para as Associações, para o Movimento, alguns terrenos que já estejam destinados a algumas Associações, enfim, que possam fazer os projetos. **Sr. André** – É importante termos mais tempo para nossas reuniões, para discutir cada ponto muito específico desse, nós aqui no Conselho temos que pensar que a nossa atitude é fazer com que o programa de moradia da cidade aconteça, está sendo colocada uma proposta inédita, a única que tem um programa, nesse Conselho desde que estou há 2 anos e pouco e nunca tinha visto uma proposta dessa, então temos que avançar nesse ponto aqui, modalidades, formas, nem que constituamos a Comissão, es-

tude isso daí em conjunto com a COHAB, mas o negócio é avançar nesse ponto e partir. **Sr. Fagner** – As pessoas em cima da proposta que é objetiva, coloca um verdadeiro elefante branco, colocam várias propostas em cima, às vezes acaba se tornando de uma proposta aonde tem um resultado a pequeno ou médio prazo, ela acaba se tornando a longo prazo, talvez a minha terceira geração acabe sendo atendida em cima dos levantamentos que foram colocados nessas propostas, se hoje temos uma possibilidade de adquirir imóvel mesmo com toda essa realidade contrária e que o resultado ele seja a pequeno e médio prazo e não inviabilizar uma proposta que está aí, que vai dar o resultado logo, imediato, a minha solicitação é que se vote na proposta e discutamos os parâmetros e as outras propostas como um todo na política constante do Conselho Municipal. **Sr. Ricardo** – Respondendo primeiro à Vera, eu jurava que especial significava exclusivamente, até fui confirmar agora com a Dra. Vera, mas ela falou que poderia significar de preferência e não exclusivamente, então vamos alterar porque o objetivo da proposta era que fosse exclusivamente. Em relação aos problemas de autogestão tem várias questões colocadas aqui, eu só queria observar que a proposta número dois trata desse assunto do programa Minha Casa Minha Vida, precisamos diferenciar quando é casa e apartamento. Kazuo, o principal benefício das ZEIS foi o coeficiente de aproveitamento maior sem ter que pagar outorga onerosa, infelizmente quando fazemos terreno mais quatro, chegamos em aproximadamente uma vez o terreno, quer dizer, nós não estamos conseguindo aproveitar o principal benefício que é o que as ZEIS traz para gente que seria o de poder produzir mais unidades e portanto cair o custo para fração de terreno, se eu pegar um terreno de 200 reais o metro e conseguir fazer uma vez o terreno, se a unidade tiver 50m² de área computável, então eu vou ter 50 x 200 que daria uns 10.000 reais, estamos procurando na nossa prospeção pegar áreas melhores porque estamos querendo melhorar um pouco a questão urbanística da oferta da habitação para baixa renda, porque não adianta ficarmos fazendo coisa muito barata, mas em compensação muito longe, sem infra-estrutura, sem transporte, infelizmente hoje a demanda é tão maior do que a oferta, é também pelo fato de que os demandantes são muitos, não vamos descartar, nós vamos também fazer mais barato. Em relação ao processo de conta, acho que tanto o Pedro quanto a Nair mencionaram, eu estudei bastante o processo de incorporação, é o processo onde fazemos o desenvolvimento de um empreendimento e cheguei a conclusão que ele é difícil demais para o meu gosto, é muito complexo, então eu acho que o objetivo da proposta é simples e todas as propostas que nós pretendemos trazer serão simples, acho que o processo de compra que é um processo complexo, Podemos discutir mais uma coisa que não é impossível e não perca o objetivo final que é produzir uma habitação, nós trabalhamos com transparência. Em relação ao Sonda, hoje nós temos em andamento, consta em autogestão um número muito reduzido de empreendimentos, 5 milhões, então esse recurso está disponível, se os empreendimentos andarem conforme esperamos eles vão terminar sem nenhum sobressalto. Em relação à proposta da Nair que é o GT de Demanda que precisa trabalhar relativamente rápido para que possamos, quem sabe na próxima Reunião do Conselho, aprovar os critérios, podemos fazer algo que seja de interesse do Conselho Municipal de Habitação. Kazuo, em relação aos parâmetros do Estatuto da Cidade, não obstante como falou da demora que realmente é uma pena, mas enfim é fato, nós já promovemos uma reunião do Defensor Público, do Carlos Loureiro, com o Diretor de DESAP, Dr. Léio, para que aprofundemos e aperfeiçemos os mecanismos de desapropriação, obviamente quanto mais fácil e quanto mais barato, melhor, foi uma 1ª reunião, esperamos que evolua. O cronograma, Maria Isabel, que você perguntou, o processo de prospeção de áreas ele se inicia de todas as formas, inclusive corretores que nos ofertam áreas, Subprefeitos e etc., nós temos, analisamos até, já tivemos áreas ofertadas no Parque Ecológico do Tietê, e não recusamos nada para analisar, no todo que estamos olhando são umas 400 áreas foi por isso que trouxemos agora a proposta para o Fundo. Na proposta seguinte nós estamos trazendo uma contribuição, uma coisa que discutimos com vários Conselheiros, foi um pedido também encaminhado para nós pela Caixa Econômica, pelo próprio vice-presidente o Jorge Heredia, e a Caixa Econômica então vai propor o voto aqui no sentido de poderemos encaminhar os Projetos ligados às Entidades. **Sra. Elisabete** – Outra grande preocupação, principalmente do setor dos Conselheiros do Movimento Popular que é o do Grupo de Trabalho também vamos encaminhar já a construção desse Grupo. **Sr. Sidnei** Eu gostaria de perguntar se a COHAB dentro desse recurso, dessas compras de terras, se já juntou ou se vai colocar as terras já existentes da COHAB, nós temos áreas na região central, temos áreas no Belém, na Barra Funda, no Bresser, porque não utilizá-las também já dentro dessa constituição desse Grupo e desses recursos que vão vir para a compra? **Sr. Ricardo** – Nós já estamos produzindo um Edital para essas áreas, são 5 áreas, 4 delas já tem esse Projeto feito. **Sr. Sidnei** – Na verdade é um apelo, acho que desde quando entrei nesse Conselho, quando se formaram os GT's, os Grupos, eles funcionaram e funcionam porque não dá, igual ele falou, nós conseguimos ficar discutindo aqui duas horas, mas quando se remete lá no GT do Conselho acabamos construindo e ampliando mais essa discussão, eu estou muito angustiado, apesar de eu não ser Conselheiro, para reconstruirmos o nosso Grupo do Centro, entre outros GT's. **Sra. Elisabete** – O Grupo de Trabalho que será constituído e seguirá o Regimento de Grupos de Trabalho, porque senão, eu gostei do que o Fagner falou que se tiver que discutir o Regimento agora do Grupo para fazer o Minha Casa Minha Vida, tem cidade que vai fazer o Minha Casa Minha Vida antes. **Sr. Benedito** – Tem uma grande concentração de terrenos na Zona Norte, na Zona Leste II e um pouco na Região Sudoeste, quase nada na região Sudeste e Leste I, e poucos também na Zona Oeste da cidade, então eu estou fazendo aqui uma sugestão que o GT tenha uma preocupação para que possamos construir um equilíbrio nesse processo, para que também a Superintendência, o Secretário não sofram também pressões depois do Movimento porque se sentiu prejudicado depois nessa questão da definição da demanda. Em relação à proposta que nós falamos sobre a junção das propostas dos Mutirões, eu falei do Casa Blanca, do Quilombo dos Palmares, dos outros empreendimentos que estão paralisados e que gostaríamos de ver contemplado no processo dos empreendimentos, fizemos uma proposta de que haja pelo menos uma referência à proposta da auto-gestão, depois fica muito difícil de incluírmos e garantirmos nossa participação, por isso fazemos questão que inclua lá sim a possibilidade de garantir a auto-gestão e a participação das Entidades no processo. **Sra. Marly** – Eu queria fazer uma proposta de que as áreas estudadas pela COHAB fossem encaminhadas para a Secretaria que está fazendo a revisão do Plano Diretor, que é a de Desenvolvimento Urbano, para serem incluídas no Plano Diretor como Áreas de Utilização Compulsória e/ou ZEIS, estou falando de uma ação de governo, a Secretaria de Habitação encaminha para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano as áreas que já foram estudadas, decretadas de utilidade pública em prospeção, para incluir no Plano Diretor como Áreas de Utilização Compulsória para iniciar o processo de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade é só para integrar a Secretaria de Habitação com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, eu acho que o Dito tem razão no sentido de não deixar em aberto, que fique só por empreitada, que esses recursos que nós estamos optando para comprar terrenos, é para comprar terrenos que vão ser construídos por empreitada e/ou auto-gestão. **Sr. Abelardo** – acho justo que alguma coisa possa ser feita sob auto-

gestão, e se isso for ficar no regulamento eu acho que é nosso dever direcionar isso, auto-gestão numa cidade como São Paulo por questões de custos e de atendimento das populações a que se destina, a meu ver está muito mais visado, cabe muito mais a pequenos empreendimentos que ocupam aqueles terrenos menores e que possam promover essa integração tão necessária da comunidade, acho que deveria haver um elemento indutor diferenciando os terrenos, que a auto-construção pudesse ocorrer em terrenos com determinadas características, e seriam esses os terrenos menores que não tem grande escala. **Sr. Pedro** – Eu proponho que já que o GT está sendo criado, que tenha um foco no problema da destinação das terras e qual a modalidade de construção. **Sr. Ricardo** – O programa de auto-gestão que chama FDS, nós estamos propondo no próximo voto aqui algo que vai nessa linha de possibilitar fazer auto-gestão que é o Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica, então não dá para deixarmos isso em aberto, quando fazemos auto-gestão o envolvimento da COHAB, por exemplo, como fazer a gestão dessa auto-gestão é diferente de quando ela faz empreitada, tem um GT de Mutirão que deveríamos discutir esse modelo, no caso da COHAB ele vai ver feito e gerido pela Caixa Econômica Federal dentro do Minha Casa Minha Vida. **Sr. Pedro** – Esses terrenos estão sendo comprados pela Prefeitura e vão ser repassados para o FAR, para uma construtora é isso? **Sr. Ricardo** – uma atividade chama-se incorporação, a outra chama-se construção, então vamos separar. Quando fazemos uma licitação e a construtora presta um serviço, nós estamos falando de construção, não estamos dando terreno para nenhuma incorporadora não, as incorporadoras só estão conseguindo trabalhar na faixa de 3 acima, porque a conta não fecha se eles não venderem o imóvel por pelo menos 90 mil reais que nem foi falado aqui hoje, mas o sistema produtivo e o sistema de assentar tijolo e assim sucessivamente, será feito por um profissional, por um pedreiro, por um servente, um carpinteiro e assim por diante, é isso que estamos propondo, podíamos no âmbito do GT e Mutirão discutir de que forma os Movimentos, as Associações podem contribuir na gestão, na formação dessa Comunidade que vai aprender a viver em condomínio, que vai eventualmente sair de uma casa individual para morar num coletivo e assim sucessivamente, eu acho que esse modelo nós precisamos resgatar e aproveitar e eu acho que isso é talvez a maior reclamação de todo mundo que trabalha com mutirão. **Sr. Pedro** – Nós estamos votando uma Resolução de aquisição de terrenos ou de aquisição e destinação? **Sra. Elisabete** – Aquisição. **Sr. Pedro** – Vai ser feita outra Resolução de destinação? **Sr. Ricardo** – Destinação de quê, demanda ou de processo produtivo? **Sr. Pedro** – Destinando a Minha Casa Minha Vida modalidade construtora é isso? **Sr. Ricardo** – Isso. **Sr. Pedro** – Então com isso é destinado a construtoras. **Sr. Ricardo** – Sim. No caso do Minha Casa Minha Vida pelo FAR não é feita a licitação. **Sr. Ricardo** – Sim é feita a licitação. **Sr. Pedro** – Vocês vão fazer a licitação? **Sr. Ricardo** – Sim, temos 5 mil unidades em fase de contratação, são 12 licitações que foram feitas numa modalidade em conjunto com a Caixa. A Caixa estabeleceu os critérios, fizemos a licitação, as empresas foram selecionadas por critérios técnicos e elas estão sendo contratadas pela Caixa. **Sr. Pedro** – Então a licitação é feita com valor fechado que é de 52 mil a unidade. **Sr. Ricardo** – mais o terreno. **Sr. Pedro** – isso por critérios técnicos, não de preço é isso? **Sr. Ricardo** – Exatamente. **Sr. Pedro** – Você poderia dizer quais são esses critérios técnicos? (tumulto) Nós estamos fazendo uma votação que não é à toa que está sendo demorada porque nós votamos 60% do valor do Fundo, 30 milhões de reais, o que significa comprar terrenos. Até então não havia um Grupo que pudesse trabalhar, que o Conselho pudesse saber quais terrenos, com que qualidades e em que locais, então é importante que exista um Grupo para avaliar isso, então se isso não for muito transparente, muito discutido com os Conselheiros, nós estamos fazendo é um processo de patrimonialismo, que é usar dinheiro público para interesses privados, comprar terrenos com recursos públicos para o interesse dos proprietários e das empreiteiras que já estão preparadas porque são algumas que vão estar já com algumas informações adicionais para poder concorrer a esses terrenos, por que o SINDUSCON está tão interessado nessa desapropriação? E os Movimentos não estão incluídos nisso daqui. A solicitação de voto, como disse o Kazuo, tem várias lacunas que são proposadamente colocadas, então nós temos que ter a consciência de que vai ser feita uma votação em que os terrenos são entregues as construtoras e que quantos milhares de pessoas estão cadastradas para receber o Minha Casa Minha Vida. **Sra. Elisabete** – O GT discutirá isso. **Sr. Pedro** – quantas milhares de pessoas estão cadastradas aqui. **Sra. Elisabete** – 800 mil. **Sr. Pedro** – Enquanto a demanda vai se engalfinhar e brigir pelas 4 mil, certamente os proprietários de terra e as construtoras que vão fazer um grande negócio e é assim que funciona o Estado do Brasil. **Sra. Elisabete** – Na qualidade de Secretária Executiva desse Conselho, eu gostaria de fazer uma solicitação que nós voltemos ao debate de altíssimo nível que estávamos tendo anteriormente. Eu estava extremamente feliz porque uma das coisas que mais me alegria aqui é ver pessoas como o Sr. Egito, o Dito, o pessoal da velha guarda que estão há anos, que construíram a reforma urbana nesse país e com os novos valores mais jovens adquiridos cada vez com melhor bom senso nos Movimentos. Eu faria uma solicitação, essa proposta é importante, ela envolve recursos de alto valor, mas eu pediria, sinceramente, na condição de Secretária Executiva, que os Conselheiros ao comentarem a Resolução, considerem que existe um corpo técnico na COHAB, esse corpo técnico é da maior seriedade, as pessoas passaram em concurso, tem 20, 30 anos de casa, considerem o corpo técnico da HABI e da SEHAB em geral, tem funcionários na SEHAB que trabalham com Habitação de Interesse Social há 20, 30 anos e esses funcionários trabalharam na escolha e na análise de mais de 400 terrenos, separamos os que estão em área de risco, separamos os que estão em área contaminada, separamos os que estão em áreas alagáveis, em APAS, observamos a legislação, etc., e tal. Esses funcionários, com absoluta convicção, isso vos digo, não são funcionários que prestam serviço a interesses que não os públicos, porque são funcionários públicos e a função pública é exercida com muita dignidade na SEHAB e na COHAB, então eu peço que, por favor, consideremos isso, temos mais de 1.000 funcionários trabalhando e é inaceitável dizer que esse trabalho produzido aqui que é de uma qualidade que a primeira vez está juntando 3 níveis de governo para encontrar soluções, seja considerado de interesse de grupos que nem se sabe qual, o que mais podemos fazer para mostrar que apesar de todos os nossos trabalhos diários, nós somos corruptos, sa-lafrrários, etc., o Brasil está evoluindo, não é todo mundo que não presta não, viu Pedro, eu acho que o mínimo de respeito é bom. **Sra. Maria Isabel** – para estar votando para ter esse esclarecimento em relação à destinação desse, apesar de ser bem polêmico aqui, a destinação que poderia ou não, sair ou não, incluindo Minha Casa Minha Vida Entidade, não foi tão claro, porque foram aqui colocados alguns questionamentos, enfim, algumas perguntas em relação a isso, talvez pudesse ter sido mais claro e mais de imediato como é que é, ou o que que foi pensado pelos técnicos, enfim, pela equipe que formulou essa proposta, o entendimento do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades que está aí, a Caixa está financiando, excelente que tenha os 3 níveis de governo senão realmente em São Paulo não viabilizamos, mas esse Programa não é só mutirão, é um mutirão que está aí pequenininho, que faz parte sim a auto-gestão, não é auto-construção como foi mencionado aqui, são empreendimentos menores, a fatia dele dessa produção, é claro, entendemos também que tem que ser pequena, a maioria, realmente a produção em massa

mesmo tem que ser com as construtoras e acho que não temos que competir com isso, acho que tem que ter espaço para tanto um quanto outro. **Sra. Vera** – Acho que é importante Bete algumas coisas que você colocou, o Conselho tem um papel sim de discutir, tem coisas que agradam a uns e não agradam a outros, mas a democracia tem que permanecer. É fundamental respeito quando qualquer Conselheiro ou Conselheira está falando, eu sou defensora da auto-gestão, mas também não vou brigar com construtora, o importante é ter moradia, porém a democracia tem que existir, a participação popular, o controle social e a garantia dos Movimentos para ter a moradia. Eu queria entender melhor o mapa da região e eu fico surpresa na Região Norte e Oeste, tem tantos pingüinhos ali de área, vejo ali tanto vermelho e nós lá, no dia a dia no Movimento, eu não vejo tantas áreas, então assim, que áreas são essas? **Sr. Osmar** – Tem alguns pontos ainda que são polêmicos e que estão sendo levantados pelos Conselheiros, mas eu queria fazer uma sugestão da criação desse GT que vai ter a participação dos Conselheiros para poder dar opiniões, sugestões para poder aprofundar ou eventuais dúvidas que podem ser melhoradas na proposta que está sendo apresentada. Com relação às áreas centrais, não aparecem as bolinhas na Região Central. **Sra. Elisabete** – O Conselheiro Osmar me parece que discutindo com vários Conselheiros aqui presentes encaminhou uma proposta de forma que encaminhamos à votação, votaríamos a Resolução como está com as modificações já feitas e teríamos o Grupo de Trabalho de Demanda, nós vamos votar isso, o Ricardo vai esclarecer. **Sr. Ricardo** – Nós estamos planejando nessa gestão aqui, na COHAB, fazer 24.000 habitações em várias modalidades. Isso está de acordo com o Plano que foi apresentado aqui e que prevê, em 2024 estaríamos aliviando consideravelmente o problema habitacional, então, tudo o que está feito aqui está ligado com o Plano Municipal de Habitação e com o Plano de Metas, mas infelizmente ainda é só o primeiro passo, ainda tem muita coisa. **Sra. Elisabete** – Votamos a Resolução como ela está, muda em especial para “exclusivo”, criamos o Grupo de Trabalho, o que é importante, tem a Comissão Técnica que assim como as do Centro trabalharão com a COHAB, etc., e o Osmar coloca que um Grupo é uma proposta que me parece que vocês discutiram. **Sr. Ricardo** – Nós estamos há 1 ano trabalhando em conjunto com a Caixa para chegar nesse modelo que já está em andamento, vamos discutir os parâmetros do Município e o Grupo de Trabalho, podemos na próxima reunião do Conselho aprovar esses critérios assim como não há inconveniente nenhum para nós que esse trabalho de desapropriação de terreno seja acompanhado, mas o sistema de produção aqui necessariamente tem que ser dessa forma, o item seguinte é auto-gestão. Precisamos discutir uma maneira de viabilizar, de contribuir para o sistema de auto-gestão. **Sr. Benedito** – Eu acho que o Presidente da COHAB está sendo enfático no esclarecimento dele em relação à forma de produção que vai ser toda por construtora. A importância de garantirmos ao menos um percentual desse processo para que possamos inclusive garantir a retomada do Programa de Mutirão, porque não vai ter mais porque a Prefeitura não destina recursos no Fundo do Programa vamos construir uma parceria com o Ministério das Cidades para que possamos garantir a retomada de Programas de Auto-Gestão no Município. **Sr. Ricardo** – Estamos propondo um sistema de produção de unidades baseado num determinado método, eu não tenho como mudar esse método porque este é o método estabelecido pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que me dá um cheque de R\$ 52.000,00 e que deixa o Município, indicar a demanda, esse é o problema do Minha Casa Minha Vida, se não formos fazer isso, podemos votar contra. Não fui eu que fiz o Programa, eu só sou a favor dele, na nossa visão é um formato interessante que funciona e que nós queremos pegar 30 milhões de reais e é sim uma parte significativa do orçamento municipal, para comprar terreno e ao invés de fazer 400, fazer 1.800 unidades, é só isso. **Sra. Elisabete** – Nós vamos votar agora a proposta como ela está, foram feitos acordos, o Grupo de Trabalho Demanda (31 votos a favor da proposta; contrários – nenhum e Abstenções 7 a proposta foi aprovada). **Sr. Benedito** – Nós temos questões urgentes para resolver e eu tenho a impressão que daqui mais um tempinho essa reunião vai começar a se esvaizar, eu estou sugerindo que saíamos daqui com uma Reunião Extraordinária nesse Conselho, o mais rápido possível. **Sra. Elisabete** – Ok, vamos ouvir nossos convidados da Caixa. **Sr. Cely** – O Conselheiro que esteve aqui na frente, chamou a atenção para o Feirão da Caixa que nós fizemos outro dia, para o valor dos imóveis que estavam lá, até trouxe aqui um valor mínimo de 90 mil, nem sei se é de 90 mil, mas de qualquer forma, de fato, o valor mínimo de imóvel em São Paulo não atende as camadas da população que precisa atender, em São Paulo temos um problema de fato, para conseguir mandar para o pessoal da moradia. Toda conquista é a duras penas e no Programa Minha Casa Minha Vida não tem sido diferente, quero lembrar que o Programa está assim há mais de 1 ano, e o que já conseguimos fazer em São Paulo, principalmente na faixa de renda até 3 salários mínimo? A dificuldade é grande no Brasil inteiro, em São Paulo é maior. No Município temos um orçamento hoje dentro do Minha Casa Minha Vida para produzir 12.100 unidades. No Estado de São Paulo já foram contratadas 28.500 unidades, no Brasil 210.000 unidades, então precisamos fazer esse Programa andar, é uma opção que temos, a Caixa está empenhada em fazer esse Programa acontecer, aliás é missão da Caixa enquanto agente executor das políticas públicas, que esse Programa aconteça no Brasil inteiro e que ele aconteça em São Paulo também. Pensando nisso com essa justificativa é que a Caixa propôs em parceria com a COHAB esse voto que apresentamos aqui agora, o voto tem o principal objetivo auxiliar, dar velocidade, dar andamento aos Projetos que temos e que vieram aqui do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Hoje nós temos, em análise na Caixa 5 contratados e 27 em análise, que representam 4.817 unidades. Um convênio que tem como objetivo além da cooperação técnica, convênio entre a Caixa e a COHAB para a elaboração dos projetos técnicos completos de todas as peças técnicas de memorial, engenharia, etc., documentação jurídica que é outra questão que muitas vezes pega, o trabalho técnico social que acompanhamos, temos dentro da Caixa as dificuldades que muitas vezes aparecem, o apoio as Entidades também para as aprovações nos Poderes Públicos, nos diversos órgãos e a autorização para um aporte financeiro, não é raro os empreendimentos que existem dentro da Caixa em análise das Entidades, as discussões para a gente conseguir enquadrar dentro do limite do Programa e, às vezes, o aporte financeiro que falta não é grande, por isso nós estamos propondo um aporte financeiro de 5 mil reais por unidade, fizemos essa proposta, esse acordo aqui com a COHAB para que viabilizemos os 27 empreendimentos que nós temos lá dentro, 32 operações, esse é o escopo do voto, estamos aqui à disposição para esclarecimentos. **Sr. Ricardo** – Já tivemos uma experiência também informalmente nesse caso aí, nós conseguimos ajudar uma Entidade a aprovar o empreendimento, também queremos colaborar, talvez até criemos uma estrutura lá na COHAB para poder fazer isso andar, porque para nós qualquer oferta é importante, de quem quer que seja, essa demanda sempre vai ser comum, então vai ser alguém que vai estar sendo atendido, essa é a ideia de fazer esse convênio com a Caixa. **Sr. Luiz Kohara** – Essa nossa função de Conselheiro é decidir o gasto do Fundo Municipal, só que eu acho que era importante para todas as reuniões ter assim, o Fundo Municipal tem “X” de dinheiro e vai ser gasto isso, vamos decidindo sem saber quanto que tem no real, eu acho que deveria em todas as reuniões o orçamento foi de 60 milhões, 30 foi para isso, 20 foi para isso e tem, sei lá, 10, aí fica mais fácil